



O retrato do desemprego

Síntese: *O desemprego bate na porta do trabalhador brasileiro com intensidade cada vez maior, penalizando a renda e desestruturando famílias. A taxa de desocupação cresce há seis meses consecutivos; entre os jovens, o índice já alcança 18% da população ativa. Ao todo, mais de 8 milhões de brasileiros estão desempregados no país. A onda de demissões é crescente. Desde a reeleição de Dilma, o Brasil perdeu 900 mil postos de trabalho com carteira assinada – indústria, construção civil e comércio estão entre os setores que mais sofrem. O encolhimento do mercado formal é retrato, mais que tudo, do retrocesso do país na era PT.*

Só uma coisa cresce hoje no Brasil: infelizmente, é o desemprego. Demorou pouco para que caísse por terra a promessa do governo de que os brasileiros enfrentariam o arrocho fiscal com sua carteira de trabalho preservada e seu poder de compra inabalado. A onda de demissões avança no país em um cenário de recessão econômica, ampla falta de confiança e grave crise política assolando o governo da presidente Dilma Rousseff. O quadro é de claro retrocesso no mercado de trabalho nacional, com perda expressiva de renda.

A taxa de desemprego foi a 6,9% em junho, na sexta alta mensal consecutiva e a pior marca desde 2010. Em seis meses, a desocupação aumentou 2,6 pontos percentuais, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, feita pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país. O desemprego revela-se mais dramático ainda em Salvador (11,4%) e no Recife (8,8%).

A piora decorre de dois fatores coincidentes. Com a recessão econômica e a inflação alta corroendo o poder de compra das famílias, mais brasileiros passaram a buscar emprego para tentar complementar o orçamento da casa. A criação de vagas, contudo, não tem sido suficiente para absorver essa maior oferta de mão de obra. O paradeiro tende a agravar o quadro.

A principal fonte de pressão vem da população mais jovem, com idade entre 16 e 24 anos. Nesta faixa, o aumento na desocupação tem sido mais intenso, com índices que equivalem aos apresentados por países em grave crise, como alguns da periferia da Europa. A taxa de desemprego entre jovens saltou de 11,2% em dezembro para 18% em junho deste ano. Em metrópoles como Salvador e São Paulo, as taxas chegam a 26,4% e 21%, respectivamente.

Outra pesquisa do IBGE, a Pnad Contínua, revela, a partir de um universo bem mais numeroso formado por cerca de 3.500 municípios, que o exército de desempregados aumentou em 1,3 milhão de pessoas nos últimos 12 meses. Segundo o indicador, no trimestre encerrado em maio (dado mais recente disponível) a taxa de desemprego chegou a 8,1% – no mesmo período do ano passado, era de 7%. Ao todo, 8,2 milhões de brasileiros estão desempregados no país. É gente demais para vagas de menos.

Quando comparado com o cenário internacional, os indicadores de desocupação do Brasil também já figuram em posições desconfortáveis. A taxa de desemprego nacional está acima, por exemplo, do dos EUA (5,3%), da Alemanha (4,7%) e do Chile (6,5%). É mais um fato que expõe o engodo em que se transformou a noção de pleno emprego no país propalada por Dilma e pelo PT na campanha presidencial de 2014.

Demissões em massa

Desde o fim das eleições, o Brasil perdeu 900 mil postos de trabalho com carteira assinada, segundo o Caged. O número resulta da diferença entre admissões e demissões registradas no período. Só no primeiro semestre do ano, o Brasil já fechou 345 mil postos. Quem menos tem é quem mais sofre as consequências da recessão e da carestia: o Nordeste responde por metade das vagas eliminadas no país nestes seis meses.

Setores até pouco tempo atrás pujantes mergulharam com força na crise. É o caso da construção civil e do comércio, os que mais demitiram desde janeiro. Sinal de que o dinheiro está curto e de que os motores estão esfriando, a indústria automobilística também encontra-se em ponto morto: 30% da força de trabalho das montadoras do país está hoje fora do mercado, seja em férias coletivas, lay-off ou licença remunerada. Pela primeira vez desde 2009, micro e pequenas empresas, que concentram 52% dos empregos formais no país, também já demitem mais do que contratam.

Taxa de desemprego (em %)

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE

Um dos motores da melhora da renda nos últimos anos, a formalização do trabalho continua se esfacelando. Pela primeira vez em 12 anos, o emprego formal, com carteira assinada, começou a cair: segundo a Pnad Contínua, a queda foi de 1,9% no trimestre encerrado em maio ante o mesmo período do ano passado. Também está cada vez mais difícil encontrar emprego no país. Nos últimos 12 meses, de cada cem brasileiros que entraram no mercado de trabalho somente 19 conseguiram uma ocupação – há um ano, todos os que buscassem uma vaga encontravam.

Como consequência, o temor da população em relação à possibilidade de perder o emprego é cada vez maior. De acordo com o Datafolha, o desemprego passou a ser visto como principal problema do país por 11% das pessoas e hoje só perde para saúde e corrupção na lista de preocupações dos brasileiros. O desalento faz com que 73% esperem alta do desemprego nos próximos meses – em junho de 2013, somente 33% acreditavam nesta hipótese.

Renda em queda

Não é só o emprego que está raleando; o dinheiro no bolso também está mais curto. O brasileiro está ficando mais pobre. De acordo com o IBGE, a renda real média do trabalhador caiu 2,9% nos últimos 12 meses. Além disso, nos seis meses desde novembro a massa salarial já diminuiu 10% no país, afetando o consumo. Estima-se que a queda na renda do trabalhador deva chegar a 5% neste ano. Famílias de baixa renda são as que mais sofrem: com a inflação em alta, o desemprego crescente e o crédito restrito, perderam R\$ 16 bilhões de seu poder de compra mensal.

Para amenizar os efeitos da crise, o governo criou o Programa de Proteção do Emprego, com proposta de redução de até 30% na jornada de trabalho. Os salários dos trabalhadores são reduzidos na mesma proporção, mas o governo complementa metade da perda salarial durante período de até 12 meses. Com limitações orçamentárias, o PPE visa preservar somente 50 mil empregos, apenas uma fração das demissões que ocorrem diariamente no país. Também compromete um pouco mais os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), já combatido pelos demais usos do dinheiro pelo governo.

A verdade é que, com o arrocho fiscal, o governo Dilma massacra o bolso do trabalhador justamente no momento em que o desemprego mais assombra. No ajuste, a gestão petista cortou direitos trabalhistas e, com as novas regras, cerca de 5 milhões de brasileiros deixarão de ter acesso ao seguro-desemprego. Já o pagamento do abono salarial deste ano de milhões de brasileiros foi adiado para o ano que vem, jogando R\$ 8 bilhões da conta do arrocho nos ombros dos trabalhadores que sobrevivem com menos de dois salários mínimos.

Quem conhece o drama social causado pelo desemprego sabe o quanto é valioso proteger a população desta chaga, que desestabiliza famílias, anula oportunidades e limita horizontes. É urgente que o governo ofereça ao país uma política arrojada de emprego, centrada especialmente na qualificação e em estímulos corretos para reanimar a economia, algo que até agora a presidente da República não foi capaz de oferecer em seu segundo mandato. A agenda do emprego é a que verdadeiramente interessa ao país.



“Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV” é uma publicação mensal do Instituto Teotônio Vilela.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA – www.itv.org.br

SGAS 607 Edifício Metrôpolis – Sala 225 . CEP: 70.200-670 . Brasília (DF) . Tel.: (61) 3424-0556 / 3424-0557 / 3424-0558 . Fax: (61) 3424-0515 . [facebook.com/instituto.teotoniovilela](https://www.facebook.com/instituto.teotoniovilela) . @ITV_Oficial